

Grupo de Trabalho do Rio Acre

CTGRHT / CNRH

Carlos Hugo Suarez Sampaio

Ministério da Justiça

Vera Lucia Reis

Organizações não governamentais - ONGs

Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Constituição Federal, Art. 21, XIX: “Compete à União instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos do seu uso.”

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

- Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)
- Cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

- **Art. 33:** “Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

- I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos

- IA – a Agência Nacional de Águas (ANA)

- II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal

- III – os Comitês de Bacia Hidrográfica

- IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estadual, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos

- V – as Agências de Água.”



Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

- **Art. 34:** “ O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:

- I – representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no

- gerenciamento ou no uso de recursos hídricos

- II – representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos

- III – representantes dos usuários dos recursos hídricos

- IV – representantes de organizações civis de recursos hídricos.”

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

- **Art. 35:** “Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

I - promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários

II - arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos

III - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados

IV - deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica

V - analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos.

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

VI - estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

VII - aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos

VIII - (VETADO)

IX – acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas

X - estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso. ”

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

• **Art. 39:** “Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por:

I - da União

II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

§ 2º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços de gestão compartilhada, a representação da União deverá

Resolução nº 10 do CNRH, de 21 de junho de 2000, cria a **CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS**, com as seguintes competências:

- I - propor mecanismos de intercâmbio técnicos, legais e institucionais entre países vizinhos, nas questões relacionadas com gestão de recursos hídricos
- II – analisar e propor ações conjuntas visando minimizar ou solucionar os eventuais conflitos
- III – propor diretrizes para gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços
- IV – discutir os problemas visando desenvolver ações e implementar soluções comuns, buscando otimização e alocação de recursos humanos e financeiros
- V – propor ações mitigadoras e compensatórias
- VI – as competências constantes do Regimento Interno do CNRH e outras que vierem a ser delegadas pelo seu Plenário.

Composição da CTGRHT/CNRH

- Ministério das Relações Exteriores (presidência)
- Ministério dos Transportes
- Ministério da Justiça
- Ministério da Defesa
- Ministério do Meio Ambiente/SRHU
- Ministério do Meio Ambiente/ANA
- Ministério de Minas e Energia
- Irrigantes
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
- Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas
- Organizações Técnicas
- Organizações de Ensino e Pesquisa
- Organizações Não Governamentais

Casos transfronteiriços com participação da CTGRHT:

- Rio Quaraí (Rio Grande do Sul e Uruguai)
- Rio Apa (Mato Grosso do Sul e Paraguai)
- Lagoa Mirim (Rio Grande do Sul e Uruguai)
- Rios Peperiguaçu e Santo Antônio (Santa Catarina e Argentina)
- Rio Acre (Acre, Bolívia e Peru)

- Rio Quaraí

- Rio Grande do Sul e Uruguai
- Moção CNRH nº 9, de 14 de março de 2002
- Acordo assinado
- Problemas na execução
- Negociação a ser retomada em breve

• Rio Apa

- Mato Grosso do Sul e Paraguai
- Moção CNRH nº 14, de 11 de dezembro de 2002
- Acordo assinado, pendente de aprovação do Senado Federal
- Negociações deverão ser retomadas em breve para implementação do Acordo

• Lagoa Mirim

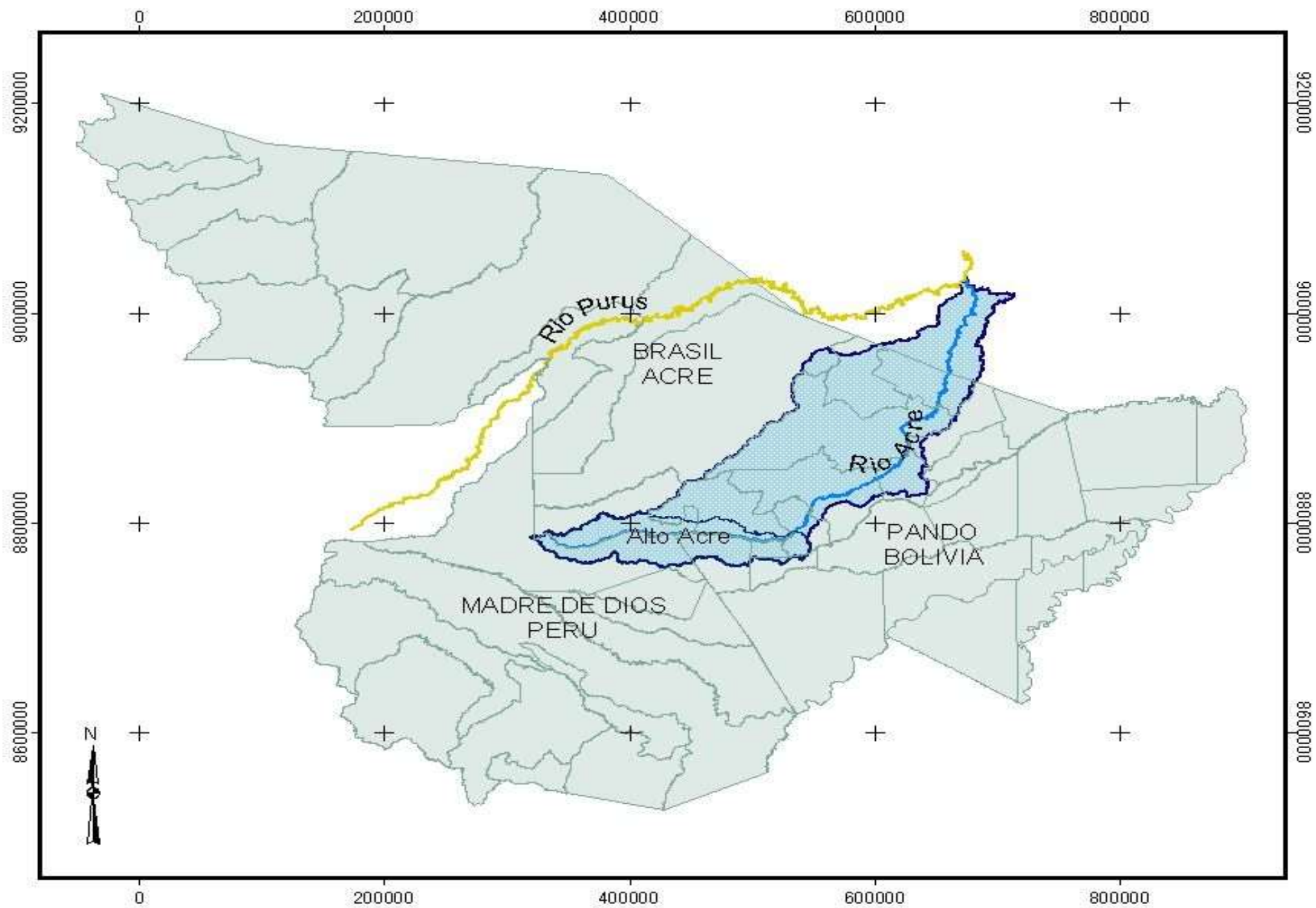
- Rio Grande do Sul e Uruguai
- Moção CNRH nº 29, de 29 de outubro de 2004
- Entendimentos com o Uruguai
- Negociações a serem retomadas em breve

Rios Santo Antônio e Peperiguaçu / Paraná III

- Santa Catarina e Argentina / Paraná e Paraguai
- I Encontro Trinacional em Foz do Iguaçu em junho de 2007
- Segundo Encontro em fase de programação, a ocorrer na Argentina ou Paraguai

Rio Acre

- Apresentado à CTGRHT em 15 de Fevereiro de 2006.
- Criado Grupo de Trabalho, em 26.09.2006, sob coordenação inicial do Ministério do Meio Ambiente e agora do Ministério da Justiça, com participação local.
- GT deverá ser prorrogado até final de 2008 para finalizar os trabalhos.
- Seminário trinacional programado para 2008.
- **Produto final** será relatório com propostas de tratamento das questões na Bacia do Rio Acre sob o ponto de vista institucional.
- Deverá conter **Proposta de Acordo Trilateral.**



OBJETIVOS E AÇÕES

- ❖ Identificar e avaliar os resultados e recomendações de planos, programas e projetos desenvolvidos na região compreendendo a totalidade ou parcela da Bacia do Rio Acre.
- ❖ Apoiar a viabilização da Agenda Compartilhada, elaborada por representantes dos três países, durante a Oficina - Aspectos Legais e Ações Estratégicas para a Gestão Integrada da Bacia do Rio Acre - Brasil, validada no VI Fórum MAP (Madre de Dios-PE, Acre-BR e Pando-BO), no período de 20 a 22.07.2006.

❖ Levantar junto às organizações locais e regionais as demandas de ações necessárias à implementação da gestão integrada da Bacia do Rio Acre.

❖ Realizar reuniões locais e regionais necessárias para articulação e para a definição das demandas prioritárias de propostas de ações para a gestão integrada da Bacia do Rio Acre, envolvendo os movimentos sociais e demais organizações relacionadas com a gestão da bacia hidrográfica.

❖ Realizar atividades coordenadas junto a organizações locais e regionais no sentido de identificar e verificar meios de implementar ações de caráter piloto e demonstrativas.

❖ Elaborar proposta de modelo para a gestão integrada da Bacia do Rio Acre, considerando os aspectos legais, institucionais e orçamentários para a sua implementação.

❖ Sistematizar as informações levantadas no formato de um **Plano de Trabalho para Gestão da Bacia do Rio Acre** compreendendo ações a curto, médio e longos prazos, mediante visão integrada da gestão ambiental com a de recursos hídricos e com respectiva previsão orçamentária.

Membros do GT Rio ACre

- Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Secretaria de Recursos Hídricos-SNRH,
- Agência Nacional de Águas-ANA
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA
- Ministério da Justiça (Fundação Nacional do Índio)
- Ministério de Relações Exteriores
- Secretaria da Presidência da República
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre - SEMA
- Procuradoria Geral do Estado do Acre - PGE
- Ministério Público Estadual – MPE
- Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento dos Municípios do Alto Acre e Capixaba - CONDIAC
- Conselho de Território do Alto Acre e Capixaba (instituição que integra todos os representantes do Movimento Social do Alto Acre e Capixaba)-CTAC
- Universidade Federal do Acre - UFAC
- Iniciativa MAP - Brasil
- Grupo de Trabalho AMazônico – GTA, dentre outros

Grupo de Trabalho da Bacia do Rio Acre



OBRIGADO!

MUCHAS GRACIAS!

An abstract graphic of a river or stream flowing from the top right towards the bottom left. The river is depicted with dark blue outlines and a lighter blue fill, set against a background of green and teal wavy bands.